

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E
SAÚDE - INTS - CONTRATO DE GESTÃO
Nº 001/2020 - SMS.G/AHM - PREFEITURA
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(CNPJ: 11.344.038/0017-65 - FILIAL 20)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS - CONTRATO DE GESTÃO
Nº 001/2020 - SMS.G/AHM - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(CNPJ 11.344.038/0017-65 - FILIAL 20)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 001/2020 - SMS.G/AHM, CNPJ 11.344.038/0017-65, Filial 20 do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Contrato de Gestão nº 001/2020 - SMS.G/AHM, CNPJ 11.344.038/0017-65, Filial 20 do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 28 de março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Valores expressos em reais - R\$)							
ATIVOS	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	3	21.415.513	23.114.563	Fornecedores	10	1.328.184	592.301
Contas a receber com restrição	4	70.835.621	50.074.728	Salários, provisões e encargos sociais	11	8.837.221	7.378.722
Adiantamentos	5	485.716	520.620	Obrigações tributárias	12	489.106	481.505
Estoques	6	1.048.922	983.092	Contratos a executar	13	83.790.969	70.363.647
Outros ativos		8.036	700.000	Arrendamento mercantil	8	744.314	784.325
Total dos ativos circulantes		93.793.808	75.393.003	Outros passivos		191.364	187.232
				Total dos passivos circulantes		95.381.158	79.787.732
NÃO CIRCULANTES							
Depósitos recursais e bloqueios judiciais		6.640	5.421				
Partes relacionadas	7	-	2.884.226	NÃO CIRCULANTES			
Direito de uso em arrendamento	8	1.936.055	844.010	Provisão para riscos processuais	14	277.664	168.500
Imobilizado	9	962.375	962.375	Arrendamento mercantil	8	1.040.056	132.803
Total dos ativos não circulantes		2.905.070	4.696.032	Total dos passivos não circulantes		1.317.720	301.303
TOTAL DOS ATIVOS		96.698.878	80.089.035	TOTAL DOS PASSIVOS		96.698.878	80.089.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS
HOSPITAL MUNICIPAL DE GUARAPIRANGA - SP

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receitas com restrição		139.851.108	125.027.383
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		139.851.108	125.027.383
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo com pessoal	15	(78.504.337)	(70.801.658)
Isenção usufruída sobre INSS patronal e PIS sobre folha		(10.975.537)	(10.267.326)
(-) Isenção usufruída sobre INSS patronal e PIS sobre folha		10.975.537	10.267.326
Materiais e medicamentos	16	(13.735.287)	(12.375.337)
Custos diversos	17	(50.801.571)	(44.392.574)
Total		(143.041.195)	(127.569.569)
RESULTADO BRUTO DAS OPERAÇÕES		(3.190.087)	(2.542.186)
RESULTADO FINANCEIRO	18		
Receitas financeiras		3.628.010	2.883.550
Despesas financeiras		(437.923)	(341.364)
Total		3.190.087	2.542.186
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde – INTS (“INTS” ou “Instituto”), inscrito no CNPJ sob o nº 11.344.038/0001-06, com base Jurídica no Título II, Capítulos I e II do CCB – Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, é constituído sob a forma de associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de aperfeiçoamento, modernização e eficientização da Administração Pública, por meio de assistência e atendimento à população na área da saúde, assistência social, educação e tecnologia, sem contraprestação dos usuários.

O INTS tem como objetivo:

- Promover a saúde, de forma ampla e universal, por meio da prestação de serviços na saúde em todas as áreas da atenção e do cuidado, não se restringindo ao campo assistencial e curativo;
- Atuar em consonância com os princípios, diretrizes e níveis hierárquicos do Sistema Único de Saúde – SUS;
- Realizar ações que busquem organizar e fortalecer as Redes de Atenção à Saúde por meio da gestão de todos os tipos e níveis de serviços de saúde, públicos ou privados;
- Desenvolver atividades de promoção à saúde, prevenção às doenças e riscos, assistência e reabilitação com foco no indivíduo e na comunidade, através de equipes multidisciplinares formada com profissionais de saúde, administrativos e de apoio logístico qualificados e com postura humanizada;
- Fomentar e incentivar o ensino e expressão dos conceitos de saúde, visando ao benefício do ser humano em todas as suas diferentes formas e da comunidade, por meio da realização de ações educativas, distribuição de material didático, entre outros;
- Desenvolver e aprimorar as ações de ensino e pesquisa nas áreas de saúde, educação e tecnologia;
- Promover e realizar projetos de aprimoramento da educação e do estudo, principalmente na área da saúde, desenvolvendo eventos sociais, educativos e acadêmicos na área da saúde para profissionais com atividades afins ou pessoas que pretendam ingressar na área da saúde;
- Promover a gestão de serviços de saúde, em especial nas Unidades Básicas de Saúde, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência, Unidades de Pronto Atendimento, Clínicas, Programas de Saúde da Família, hospitais, mas a eles não se restringindo;
- Promover o desenvolvimento institucional das entidades de direito público municipal, o estudo da Administração Pública, o desenvolvimento da pesquisa, da ciência, educação e saúde para a promoção dos princípios da Administração Pública;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

- Fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias de software para as áreas de saúde, educação e assistência social;
- Lutar pelo efetivo exercício do direito à educação de qualidade, por meio de sua participação na construção, execução e avaliação de políticas e práticas de gestão democráticas, visando à promoção da qualidade de vida humana sustentável na educação e na sociedade;
- Proporcionar a boa convivência humana e promover a prática associativa no campo da educação, atendendo aos interesses coletivos de caráter educativo, científico e cultural;
- Incentivar a realização de estudos e pesquisas e a difusão de conhecimentos e experiências no campo das políticas públicas, do governo, da educação e da gestão escolar e universitária, assim como dos processos de planejamento e avaliação educacional;
- Estimular e promover a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências educacionais com associações congêneres, instituições, organizações públicas e privadas, tanto nacionais como internacionais;
- Fomentar e participar da ação político-pedagógico no âmbito da sociedade civil organizada, visando promover amplo acesso aos espaços públicos de educação e ao conhecimento acumulado e construído coletivamente nos distintos níveis e modalidades de ensino e aprendizagem.

Imunidade tributária

O Instituto é imune do recolhimento de impostos e contribuições sobre as receitas nas esferas federal, estadual e municipal.

Através da publicação da Portaria nº 534, de 26 de abril de 2019, no Diário Oficial da União – DOU, em 6 de maio de 2019, considerando o Parecer Técnico nº 324/2019 – CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.133707/2018-60, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, o INTS obteve Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, com vigência de 3 (três) anos a contar da data de publicação no DOU, pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101.

O prazo de vigência da certificação foi estendido até 31 de dezembro de 2023, conforme a Portaria da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, nº 895 de 1º de dezembro de 2022, nos termos da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021. Em 28 de dezembro de 2023, a entidade protocolou renovação tempestiva inscrita o processo sob nº 25000.193920/2023-98, para respaldar o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, o qual encontra-se sob análise.

Com a obtenção do CEBAS o Instituto passou a ser também isenta das contribuições para a seguridade social, incidentes sobre as entidades sem fins lucrativos, INSS e PIS sobre folha de pagamento de salários.

Contratos

O INTS utiliza o sistema de filiais para segregação dos lançamentos efetuados em cada unidade operada pelo Instituto. Os contratos abaixo referem-se aos registros contábeis efetuados na filial 20 – Guarapiranga:

Contrato de Gestão nº 001/2020-SMS.G/AHM

O Contrato de Gestão nº 001/2020 – SMS.G/AHM tem por objeto a prestação de serviços especializados na implementação, gestão, monitoramento e avaliação de 120 leitos de cuidado prolongado, atendendo à demanda de hospitais municipais, conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.809/2012, as Políticas de Saúde do SUS e as diretrizes da SMS-SP, em conformidade com a Chamada Pública nº 002/2020-CPCSS-SMS.G.

O contrato, assinado em 1º de abril de 2020, possui prazo de vigência de 60 meses a partir da data de sua assinatura.

Em 1º de dezembro de 2024, o trigésimo termo aditivo prorrogou a vigência do contrato por mais um mês, alterando seu valor para R\$ 12.380.448,14 (doze milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Estas demonstrações contábeis, referem-se exclusivamente ao CNPJ 11.344.038/0017-65, Filial 20 do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde – INTS, criada especificamente para o Contrato de Gestão nº 001/2020-SMS.G/AHM. Demonstrações contábeis apresentadas unicamente para fins de atendimento ao disposto no Contrato de Gestão nº 001/2020-SMS.G/AHM, celebrado entre o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde – INTS e a Prefeitura do Município de São Paulo por meio da Secretaria Municipal da Saúde, não devendo ser utilizado para outras finalidades.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1) Entidade sem finalidade de lucros).

Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração do Instituto definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis.

Valores com restrição

Representam recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do beneficiário do serviço. Têm uma destinação específica ao objeto do contrato.

2.1. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Repasses a receber

Representam os valores incorridos na execução dos contratos com restrição, não recebidos até as datas dos balanços.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição, representado pelos gastos incorridos na aquisição do bem. Para a avaliação dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

Os estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

Direito de uso de arrendamento / arrendamento a pagar

O Instituto avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Instituto reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear considerando o prazo dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente da totalidade do fluxo futuro de pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Fornecedores

Representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades do Instituto. São reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Salários, provisões e encargos sociais

Representam o montante do pagamento esperado pelo Instituto para o pagamento de uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e que a obrigação pode ser estimada de maneira confiável.

Contrato a executar

Representam obrigações do Instituto com o contratante para a execução do contrato. São reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

Provisão para riscos

O Instituto é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

Apuração do resultado

Receitas

As receitas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. São contabilizadas simultaneamente pelo mesmo valor da despesa incorrida, reconhecida pelo regime de competência.

Despesas

São reconhecidas pelo regime contábil de competência.

Resultado financeiro

São reconhecidas no resultado pelo regime contábil de competência, utilizando o método de juros efetivos.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e transações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa e julgamento.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros do Instituto são saldos provenientes de transações como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado, classificados na categoria de custo amortizado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Instituto mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Desreconhecimento

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros do Instituto são representados por fornecedores, classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

Subvenções governamentais

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o Instituto obteve Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, com vigência de 3 (três) anos.

Com a obtenção do CEBAS o Instituto passou a ser também imune das contribuições para a seguridade social, incidentes sobre as entidades sem fins lucrativos, INSS e PIS sobre folha de pagamento de salários.

Devido a exigência do órgão responsável pela concessão do CEBAS, o Instituto demonstra em conta de compensação na demonstração do resultado o valor do benefício de isenção do INSS e PIS sobre folha de pagamento de salários.

São reconhecidas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA COM RESTRIÇÃO

	31/12/24	31/12/23
Caixa - com restrição	1.000	1.000
Bancos - com restrição	96.194	3.970
Aplicações financeiras - com restrição	21.318.319	23.109.593
Total	21.415.513	23.114.563

As aplicações financeiras referem-se principalmente a recursos investidos pelo Instituto em aplicações automáticas de renda fixa.

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/24	31/12/23
Contas a receber de clientes	70.835.621	50.074.728
Total	70.835.621	50.074.728

Representa o saldo das parcelas contratuais incorridas não recebidas até a data do balanço.

5. ADIANTAMENTOS

	31/12/24	31/12/23
Adiantamento a fornecedores	260.424	263.532
Adiantamento de funcionários	225.292	257.088
Total	485.716	520.620

6. ESTOQUES

	31/12/24	31/12/23
Material hospitalar	472.145	488.420
Medicamento	266.089	275.392
Material de limpeza e higiene	483	12.234
Material de expediente	29.865	21.081
Dietas enterais/parenterais	221.288	174.316
Outros	59.052	11.649
Total	1.048.922	983.092

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

7. PARTES RELACIONADAS

	31/12/24	31/12/23
Ativo		
Partes relacionadas	-	2.884.226
Total	-	2.884.226

Referem-se basicamente a contas a receber ou a pagar com a sede do INTS, devido ao pagamento de despesas a serem reembolsadas, sem remuneração de juros. Valores classificados no passivo não circulante devido à expectativa de pagamento ou recebimento dos saldos em prazo superior a 12 (doze) meses.

8. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO / ARRENDAMENTO A PAGAR

O Instituto atua como arrendatário em contratos de aluguel, pelo prazo de 5 (cinco) anos. O direito de uso em arrendamento (ativo) e arrendamento a pagar (passivo) foram reconhecidos de acordo com descrito na nota explicativa nº 2, considerando as condições descritas no contrato e uma taxa de desconto de 0,73% a.m., conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento - ativo	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.047.282
Atualização contratual - remensuração	(94.596)
Amortização	(1.108.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	844.010
Atualização contratual - remensuração	1.965.285
Amortização	(873.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.936.055
Arrendamento a pagar - passivo	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.152.519
Atualização contratual - remensuração	(94.596)
Atualização monetária - realização do ajuste a valor presente	333.965
Pagamentos	(1.474.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	917.128
Atualização contratual - remensuração	2.020.188
Atualização monetária - realização do ajuste a valor presente	333.679
Pagamentos	(1.486.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.784.370
Circulante	744.314
Não circulante	1.040.056
Total	1.784.370

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

9. IMOBILIZADO

Bens adquiridos

Representa o ativo imobilizado adquirido com recursos do contratante, a ser devolvido no final do contrato, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/24	31/12/23
Máquinas e equipamentos	596.731	596.731
Móveis e utensílios	341.247	341.247
Computadores e periféricos	24.397	24.397
Total	962.375	962.375

10. FORNECEDORES

	31/12/24	31/12/23
Fornecedores de materiais	1.233.167	451.311
Fornecedores de serviços	95.017	140.990
Total	1.328.184	592.301

11. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração líquida a pagar	3.667	1.206
Rescisões a pagar	3.757	-
Encargos sobre folha de pagamento	954.534	977.269
Provisão de férias e encargos	3.831.698	3.590.755
Fundo de reserva para rescisões	3.991.926	2.765.484
Outras obrigações trabalhistas	51.639	44.008
Total	8.837.221	7.378.722

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
ISS - Imposto Sobre Serviços tomados	35.258	36.186
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	167.028	149.437
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	63.837	64.076
PCC - Pis, Cofins e Contribuição Social	222.983	231.806
Total	489.106	481.505

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em Reais - R\$)

13. CONTRATO A EXECUTAR

	31/12/2024	31/12/2023
Repasse a executar (i)	83.790.969	70.363.647
Total	83.790.969	70.363.647

(i) Representa o superávit do contrato evidenciado no curso de execução do contrato.

A movimentação da conta de repasses a executar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.229.620
Resultado dos contratos com restrição	21.817.945
Ajuste de exercícios anteriores	316.082
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.363.647
Resultado do período	13.427.322
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.790.969

14. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O Instituto efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

Instituto possui em 31 de dezembro de 2024 processos de naturezas trabalhista e cível, cujos valores envolvidos e riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos, estão apresentados abaixo:

	Risco de Perda	
	Provável	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos trabalhistas	277.664	168.500
Total	277.664	168.500
	Possível	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos cíveis	305.593	516.002
Provisão para riscos trabalhistas	305.593	516.002
Total	305.593	516.002

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

A Administração do Instituto, entende que a provisão contabilizada nas demonstrações contábeis no valor de R\$ 277.664, referente aos processos classificados como perda provável, é suficiente para as perdas financeiras esperadas.

15. CUSTOS COM PESSOAL

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e adicionais	(41.574.418)	(39.998.635)
Honorários médicos	(27.741.899)	(24.655.277)
Encargos sociais	(3.482.211)	(3.280.189)
Benefícios	(2.108.677)	(2.055.605)
Honorários odontológicos	(3.597.132)	(811.952)
Total	<u>(78.504.337)</u>	<u>(70.801.658)</u>

16. CUSTOS COM MATERIAIS E MEDICAMENTOS

	31/12/2024	31/12/2023
Medicamento	(1.328.147)	(1.615.196)
Materiais para atendimento	(5.842.992)	(4.704.674)
Materiais diversos	(6.564.148)	(6.055.467)
Total	<u>(13.735.287)</u>	<u>(12.375.337)</u>

17. CUSTOS DIVERSOS

	31/12/2024	31/12/2023
Segurança, conservação e limpeza patrimonial	(18.308.061)	(15.683.147)
Aluguel de móveis, máquinas e equipamentos	(14.211.840)	(12.606.822)
Rateio de Despesas Administrativas	(4.472.034)	(4.864.468)
Atendimento hospitalar	(4.506.894)	(3.481.767)
Viagens, transportes e fretes	(1.916.866)	(1.734.098)
Engenharia e manutenção de máquinas e equipamentos	(1.737.305)	(1.463.091)
Administrativo, tecnologia e comunicação	(2.882.024)	(1.436.439)
Alugueis, condomínios e utilidades	(1.362.321)	(1.191.646)
Amortização do direito de uso	(828.027)	(1.108.676)
Advocatícios, Auditoria e consultoria	(298.426)	(626.426)
Provisão para riscos	(109.164)	-
Manutenção, revisão e outros custos com veículos	(48.369)	(35.951)
Impostos e taxas	1	(1.850)
Outros custos	(120.241)	(158.193)
Total	<u>(50.801.571)</u>	<u>(44.392.574)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/23	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.623.035	2.882.049
Descontos obtidos	4.975	1.501
Total	3.628.010	2.883.550
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre pagamentos em atraso	716	(8)
Tarifas bancárias	(4.844)	(7.393)
Outras despesas financeiras	(433.795)	(333.963)
Total	(437.923)	(341.364)
Total resultado financeiro	3.190.087	2.524.186

19. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto possui apólice de seguro vigente para os imóveis vinculados às operações do Contrato de Gestão nº 001/2020-SMS.G/AHM. A cobertura inclui riscos usuais do mercado, como incêndio, roubos, danos estruturais e outros eventos que possam comprometer a integridade dos imóveis.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos de mercado a que o Instituto está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Instituto incorrer em perdas resultantes da escolha dos bancos para custodiar os recursos monetários.

O Instituto trabalha com instituições financeiras de primeira linha e entende que desta forma minimiza os riscos destas natureza.

Risco de penalidades contratuais

A contratante em qualquer momento, poderá rescindir o contrato de gestão, em nome do interesse público, se verificado o descumprimento dos princípios basilares da Administração Pública, com a aplicação das penalidades previstas no contrato de gestão, assegurando ao Instituto o direito ao contraditório e a ampla defesa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

A administração do Instituto monitora este risco, gerenciando os procedimentos, processos e controles internos utilizados, para que o contrato seja executado de acordo com os princípios basilares da Administração Pública.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. O Instituto tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos a ocorrer em data próxima do balanço.

A Administração julga ser baixa qualquer exposição a riscos financeiros visto que os principais passivos financeiros do Instituto referem-se a contas a pagar a fornecedores. Adicionalmente, os ativos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa referem-se a depósitos à vista e aplicações financeiras de renda fixa em bancos de primeira linha.

21. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do Instituto autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis 28 de março de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

Assinado eletronicamente por:
José Jorge Urpia
CPF: ***.126.815-**
Data: 28/03/2025 14:28:36 -03:00

MUNDO DIGITAL

José Jorge Urpia Lima
Presidente
CPF:123.126.815-87

Assinado eletronicamente por:
Adailson dos Santos Cardoso
CPF: ***.555.555-**
Data: 28/03/2025 14:25:56 -03:00

MUNDO DIGITAL

Adailson dos Santos Cardoso
Contador
CRC 1 -BA 044690/O-1



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: ET8VD-AA7L3-SC9EY-GF55W

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Adoilson dos Santos Cardoso (CPF ***.555.555-**) em 28/03/2025 14:25 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.143.113.58	Não disponível
Autenticação	adoilsoncardoso@ints.org.br (Verificado)
Login	
nsN7SbaLrv0aPvdvy/AHam8SxY3BesyYaBsFil8kprc=	
SHA-256	

- ✓ José Jorge Urpia (CPF ***.126.815-**) em 28/03/2025 14:28 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
189.96.16.228	Não disponível
Autenticação	jorgeurpia@ints.org.br
Email verificado	
gigl3a5mhPBEe5wcBtFF+mI83xDnw0on5yQBM9DXZSg=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://mundo.easydocmd.com.br/validate/ET8VD-AA7L3-SC9EY-GF55W>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://mundo.easydocmd.com.br/validate>